



ANÁLISE DO DESEMPENHO COMPETITIVO DO MERCADO BRASILEIRO DE CACAU E DERIVADOS

Camila Santos Rocha¹
Naisy Silva Soares²
Adrielle Victoria Soares Alves³
Ana Elísia de Freitas Merelles⁴

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o desempenho e a competitividade do mercado brasileiro de cacau e derivados no comércio internacional, entre os anos de 1990 e 2023. Foram estimados os indicadores Vantagem Comparativa Revelada (VCR), Taxa de Cobertura (TC), Coeficiente de Penetração das Exportações (CX), Coeficiente de Penetração das Importações (CPM), Posição Relativa de Mercado (PRM) e Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC). Os resultados obtidos demonstram que a participação brasileira no mercado mundial de cacau e derivados apresentou tendência de queda ao longo do período. Além disso, o Brasil perdeu competitividade nas exportações de cacau e derivados no período analisado, mas o país ainda possui competitividade nas exportações de manteiga de cacau, cacau em pó e pasta de cacau, indicando um potencial competitivo a ser explorado, e possui desvantagem nas exportações de cacau e chocolate.

Palavras-chave: Competitividade; Comércio internacional; Economia agrícola.

ANALYSIS OF COMPETITIVE PERFORMANCE OF THE COCOA AND DERIVATIVES BRAZILIAN MARKET

Abstract: *This study aims to analyze the performance and competitiveness of the Brazilian cocoa and cocoa derivatives market in international trade between 1990 and 2023. Was estimated the indicators Revealed Comparative Advantage (RC), Coverage Ratio (CR), Export Penetration Ratio (CX), Import Penetration Ratio (CPM), Relative Market Position (RMP), and Trade Balance Contribution Index (ICSC). The results demonstrate that Brazil's share of the global cocoa and cocoa derivatives market showed a downward trend over the period. Furthermore, Brazil lost competitiveness in cocoa and cocoa derivatives exports during the analyzed period. However, the country remains competitive in cocoa butter, cocoa powder, and cocoa paste exports, indicating a competitive potential yet to be explored, while at a disadvantage in cocoa and chocolate exports.*

Keywords: *Competitiveness; International Trade; Agricultural economy.*

1 Introdução

As exportações de cacau e derivados têm mudado consideravelmente nas últimas décadas

¹ Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço institucional: Universidade <http://lattes.cnpq.br/8765032521498253>. Estadual de Santa Cruz (UESC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5283-6178>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8765032521498253>. E-mail: csrocha.ecn@uesc.br.

² Doutora em Ciência Florestal. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6855-0218>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1731706608106563>. E-mail: nssoares@uesc.br

³ Doutora em Administração. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Doutorado em Economia Regional e Políticas Públicas na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço institucional: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5828-8612>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9293293865178033>. E-mail: adriellevictoria@gmail.com

⁴ Doutora em Geografia e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço institucional: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7098-4599> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5183272796221168>. E-mail: aefmerelles@uesc.br



devido a inovações tecnológicas e mudanças nos padrões de consumo. Modelos de produção como *Bean-to-Bar* e *Tree-to-Bar*, garantem produtos de alta qualidade e sustentabilidade com destaque na indústria do chocolate. No Brasil, iniciativas como o Centro de Inovação do Cacau (CIC) na Bahia valorizam a produção local, oferecendo testes de qualidade e análises sensoriais das amêndoas e derivados. As Indicações Geográficas (IGs) também contribuem para garantir a qualidade do cacau brasileiro (Xavier et al., 2021).

Em termos de exportações, Costa do Marfim e Gana lideraram o mercado, respondendo por mais de 50% das exportações mundiais de sementes de cacau em 2022, com mais de 1 milhão de toneladas cada. O Equador exportou quase 400 mil toneladas, enquanto o Brasil ocupou a 41ª posição, com exportações modestas (*Food And Agriculture Organization - FAOSTAT*, 2024).

Em 2022, na exportação de derivados como manteiga de cacau, cacau em pó e pasta de cacau, a Holanda liderou o ranking dos maiores exportadores mundiais com 772 mil toneladas. A Alemanha foi o maior exportador de chocolate, com mais de 1 milhão de toneladas. Já o Brasil exportou cerca de 48 mil toneladas de derivados do cacau e apenas 36 mil toneladas de chocolate. O principal destino das exportações brasileiras de semente de cacau é a Holanda, que transforma o cacau em diversos derivados. Em 2022, o Brasil importou pouco mais de 28 mil toneladas de produtos derivados do cacau (FAOSTAT, 2022). Verifica-se, assim, que o Brasil representa uma pequena parcela do mercado mundial de cacau e chocolate.

Diante do cenário da cacauicultura brasileira, políticas como a Portaria N° 462/2022 foram adotadas para fomentar a inovação e o desenvolvimento do setor, estabelecendo a Política de Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), para promover o desenvolvimento tecnológico na cacauicultura brasileira. Ela orienta as ações da CEPLAC e suas parcerias na gestão da inovação, incentivando a criação de tecnologias, produtos, processos e serviços que beneficiem a produção de cacau no país. Essa iniciativa busca fortalecer a competitividade do setor por meio da inovação (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2022).

Em 2022, a cacauicultura brasileira gerou mais de 220 mil empregos, enquanto a indústria de chocolate gerou mais de 23 mil empregos diretos em 2023, destacando a importância do setor para a economia brasileira (Granda, 2023).

A partir deste contexto, compreender o desempenho do comércio internacional do cacau e derivados é fundamental para empresas, governos e para a comunidade acadêmica, pois, permite identificar oportunidades de crescimento, ameaças à competitividade e áreas que necessitam de intervenção política. A cacauicultura e a indústria dos derivados têm um papel importante na geração de emprego e renda no Brasil e essa realidade precisa ser mais discutida.

Diante disso, o artigo tem a justificativa de preencher essa lacuna ao investigar o desempenho do mercado brasileiro de cacau e seus derivados. O objetivo geral do artigo é analisar



o desempenho das exportações brasileiras no mercado mundial de cacau e derivados, entre 1990 e 2023. Especificamente, pretendeu-se analisar a participação brasileira na produção, exportações e importações mundiais de cacau e derivados; estimar o coeficiente de penetração das importações e exportações brasileiras de cacau e derivados; e mensurar e analisar a competitividade das exportações brasileiras de cacau e derivados.

2 Referencial teórico

2.1 Teorias do Comércio Internacional

Segundo os mercantilistas, a riqueza de uma nação dependia da quantidade de metais preciosos que ela possuía, principalmente ouro e prata. Para aumentar essas reservas, os Estados mercantilistas promoviam políticas de incentivos às exportações e restringiam as importações a fim de obter o *superávit* da balança comercial, aumentar a produção nacional e o emprego. Com esses incentivos haveria um influxo constante de metais preciosos para o país, aumentando a sua riqueza (Salvatore, 2019).

Ao final do século XVIII, a partir do surgimento de novas teorias do comércio internacional, a teoria mercantilista passa a ser questionada e perde espaço para as novas teorias do comércio internacional.

Adam Smith apresenta sua teoria das vantagens absolutas em sua principal obra, *A Riqueza das Nações* (1776). Ao contrário dos mercantilistas, para Adam Smith (1976 apud Gonçalves, 2016), "a riqueza não consiste em dinheiro, ou ouro e prata, mas naquilo que o dinheiro pode comprar".

Smith propõe que um país deve se especializar na produção de bens em que possui vantagem absoluta, ou seja, aqueles que podem produzir com menos recursos em comparação a outros países. Isso significa que um país consegue produzir um bem com mais eficiência, usando menos trabalho em relação a outro país. Além disso, Smith sugere que o excedente da produção de um bem em que um país tem vantagem absoluta deve ser exportado, enquanto o país deve importar bens nos quais não possui essa vantagem absoluta na produção (Gonçalves, 2016).

Embora a teoria de Smith tenha sido o ponto de partida para as teorias seguintes e pela sua contribuição para a economia, ela apresenta algumas limitações. Smith só considerava o trabalho como o único custo de produção, desconsiderando outros custos envolvidos em todo o processo produtivo. Além disso, ele não conseguiu responder algumas questões como o que aconteceria se um país tivesse vantagem absoluta na produção de mais de um produto em relação a seus parceiros comerciais (Gonçalves, 2016).

Buscando responder a algumas lacunas deixadas por Smith na teoria das vantagens



absolutas, David Ricardo desenvolveu, no início do século XIX, a teoria das vantagens comparativas, apresentada em seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação* em 1817. A Teoria das Vantagens Comparativas sugere que o comércio entre dois países pode ser mutuamente benéfico quando cada nação se especializa na produção dos bens para os quais possui um custo de oportunidade relativamente mais baixo (Krugman, 2015).

Embora a teoria de Ricardo tenha sido amplamente aceita e aplicada, ela também foi alvo de críticas e debates. A teoria de Ricardo trazia uma visão do comércio tendo a mão de obra como único fator de produção. Mas, trazendo para uma concepção mais realista, há outros fatores importantes na produção como capital e terra (Baumann e Gonçalves, 2015).

Desenvolvida inicialmente por Eli Heckscher e aprimorada pelo seu aluno Bertil Ohlin, a teoria de Heckscher-Ohlin, também conhecida como o Teorema H-O, parte do pressuposto de que o comércio internacional é impulsionado pelas diferenças dos fatores de produção como capital, terra e recursos naturais. Para esse modelo, um país possui vantagem comparativa em bens cuja produção depende intensivamente dos fatores de produção que são relativamente abundantes em seu território (Krugman, 2015).

2.2 Competitividade

A Teoria da Competitividade desenvolvida por Michael Porter (1985), argumenta que a vantagem competitiva é constituída pela vantagem que uma indústria tem em relação a outras que compõem o mesmo setor, sendo que essa vantagem pode ser atrelada ao menor custo ou por diferenciação, habilidades e posição de mercado.

Segundo Porter (2001, p. 13, apud Oliveira, 2007, p. 13), a teoria das vantagens comparativas de Ricardo não considera inovação tecnológica e diferenciação do produto. Porter também faz críticas ao modelo H-O, pois para ele a ideia de que um país tem vantagem e é competitivo por ter abundância em um fator é insuficiente para que esse país seja competitivo (Oliveira, 2007).

O principal conceito da teoria da competitividade é a produtividade, pois essa define o valor que é produzido não só pela unidade de trabalho, mas também pelo capital, além disso, tem dependência da qualidade, características e eficiência na produção. Para Porter (1985), uma empresa atinge a vantagem competitiva quando aumenta a sua produtividade.

Porter (1985) argumenta que para um país manter indústrias competitivas em nível global, não basta que ele possua um estoque de fatores específicos de produção. É necessário que o país tenha mecanismos de criação e aprimoramento contínuos desses fatores avançados adaptando às necessidades das indústrias (Avrichir, 2002).



Em contraste com as teorias anteriores, para Porter (1985) não é o tamanho da demanda interna que vai determinar a vantagem, mas sim a qualidade dessa demanda. Assim, ele reforça que o desenvolvimento de uma indústria globalmente competitiva não está apenas relacionado ao crescimento de mercado, mas sim à sua capacidade de inovação e adaptação a partir da demanda interna (Coutinho *et al.*, 2005).

Para Porter (1985) a competitividade também está relacionada à existência de indústrias correlatas e de apoio. A proximidade geográfica e cultural entre empresas facilita a comunicação e, conseqüentemente, promove a inovação. Indústrias competitivas que atuam como fornecedores ou correlatas em um país podem ser determinantes para o desenvolvimento de uma vantagem competitiva internacional (Oliveira, 2007).

O último determinante da competitividade para Porter (1985) é a estratégia, estrutura e rivalidade das empresas, na qual esse determinante abrange o contexto em que as empresas são criadas e geridas, bem como a natureza da rivalidade entre elas. As empresas são moldadas pelas condições nacionais onde suas práticas gerenciais e organizacionais se alinham às fontes de vantagem competitiva. Quanto maior for a rivalidade entre as firmas no mercado interno, maiores são as chances dessas firmas se tornarem grandes empresas mundiais (Oliveira, 2007).

Além desses determinantes, Porter (1985) também traz a importância do papel do Estado e do acaso. Segundo Porter (1989, *apud* Coutinho *et al.*, 2005, p. 111): “As políticas governamentais bem-sucedidas são aquelas que criam um ambiente em que as empresas são capazes de ganhar vantagem competitiva, e não aquelas que envolvem o governo diretamente no processo”. Já o acaso, ele argumenta que são os imprevistos que podem influenciar a competitividade.

3 Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, foram estimados os indicadores descritos a seguir. A participação da produção brasileira de cacau e derivados, entre 1990 e 2023, em relação à produção mundial total foi estimada pela equação (1) (Confederação Nacional da Indústria - CNI, 2025):

$$PP_{kt} = \frac{PB_t^k * 100}{PM_t^k} \quad (1)$$

Em que PP corresponde à participação brasileira na produção do produto k no período t; PB é a produção brasileira do produto k no período t; e PM é a produção mundial do produto k no período t.

A participação brasileira nas exportações e importações mundiais de cacau e derivados foi obtida pela equação 2 e 3, respectivamente (CNI, 2025):



$$PX_{kt} = \frac{XB_t^k * 100}{XM_t^k} \quad (2)$$

$$PI_{kt} = \frac{IB_t^k * 100}{IM_t^k} \quad (3)$$

Em que, PX = participação na exportação brasileira do produto k no período t; XB= exportação brasileira do produto k no período t; XM = exportação mundial do produto k no período t; PI = participação brasileira na importação do produto k no período t; IB = importação brasileira do produto k no período t; IM = importação mundial do produto k no período t.

Segundo Levy e Serra (2002), o coeficiente de penetração das importações corresponde à parcela da oferta interna atendida pelas importações e o coeficiente de penetração das exportações está relacionado à participação das exportações no valor da produção. O coeficiente de penetração das importações e exportações estão apresentados nas equações (4) e (5), respectivamente (CNI, 2025):

$$CPM_t^k = \frac{M_t^k}{CA_t^k} = \frac{M_t^k}{VP_t^k + M_t^k - X_t^k} \quad (4)$$

$$CX_t^k = \frac{X_t^k}{VP_t^k} \quad (5)$$

Em que: CPM_t^k corresponde ao Coeficiente de Penetração das Importações do produto k no período t; M_t^k = Importações do produto k no período t; CX_t^k = Coeficiente de Penetração das Exportações no setor k no período t; X_t^k = Exportações totais do produto k no período t; e VP_t^k = Valor da Produção do produto k no período t.

Com relação aos indicadores de competitividade, tem-se o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), utilizado para calcular a participação das exportações de um país no comércio exterior de um segmento específico, utilizando dados dos preços pós-comércio (Equação, 6) (Matos *et al.*, 2021):

$$VCR = \frac{X_i^k | X_i^t}{X^k | X^t} \quad (6)$$

Na qual: VCR = Vantagem Comparativa Revelada; X_i^k = exportações do bem k do país i; X_i^t = exportações totais do país i; X^k = exportações do bem k; X^t = total das exportações no mundo.

Para interpretar os dados obtidos, se $VCR > 1$ indica que o país i possui vantagem comparativa nas exportações do produto k, se $VCR < 1$ indica que o país i possui desvantagem comparativas das exportações do produto k e se o $VCR = 1$ indica que o país i não possui vantagem



e nem desvantagem nas exportações do produto k .

A Taxa de Cobertura funciona como um índice para complementar o VCR, esses dois índices ajudam a identificar se um país contribui ou não para o *superávit* comercial e se o país possui vantagem comercial (Bender *et al.*, 2019). A TC é calculada pela seguinte equação (7):

$$TC_k^t = \frac{X_k^t}{M_k^t} \quad (7)$$

Na qual: TC_k^t = Taxa de Cobertura do produto k no período t ; X_k^t = exportações do produto k no período t ; e M_k^t = importações do produto k no período t .

Quando a $TC > 1$ significa que o produto k contribui para o *superávit* da balança comercial e o país possui vantagem comparativa na produção de k , quando $TC < 1$, o produto k contribui para o *déficit* da balança comercial e o país não possui vantagem comparativa na produção do produto k .

A análise conjunta do VCR e da TC permitem identificar se o país apresenta pontos fortes, fracos ou neutros no período analisado. Quando ambos os índices, VCR e TC, são superiores a 1, considera-se um ponto forte. Se ambos forem inferiores a 1, caracteriza-se um ponto fraco. Se apenas um dos índices seja inferior a 1 é classificado como ponto neutro (Matos *et al.*, 2021).

O índice PRM mostra a posição de um país no comércio internacional de um produto, com o seu cálculo indica-se como a competitividade se manifesta entre as nações em determinado período (Matos *et al.*, 2021). O índice é representado pela equação (8):

$$PRM_{ik}^t = 100x \left(\frac{X_{ik}^t - M_{ik}^t}{W_k^t} \right) \quad (8)$$

Na qual, PRM_{ik}^t = Posição Relativa de Mercado do país i para o produto k no período t , X_{ik}^t = exportações do país i para o produto k no período t , M_{ik}^t = importações do país i para o produto k no período t e W_k^t = valor das importações e exportações mundiais do produto k no período t .

Para interpretar os dados obtidos, se $PRM_{ik}^t > 0$, o país obteve saldo superavitário no comércio e $PRM_{ik}^t < 0$, significa que o país obteve saldo deficitário no comércio internacional.

Segundo Marques *et al.* (2017), o ICSC ajuda a identificar a especialização das exportações, o índice compara o saldo comercial de cada produto com o saldo total de cada produto. Quando esse saldo do ICSC for positivo, o produto apresenta vantagem comparativa e quando for negativo não apresenta vantagem comparativa. O ICSC é representado pela equação (9):



$$ICSC_k^t = \frac{100}{\frac{(X_k^t + M_k^t)}{2}} * \left[(X_k^t - M_k^t) - (X^t - M^t) * \frac{(X_k^t + M_k^t)}{(X^t + M^t)} \right] \quad (9)$$

Em que, $ICSC_k^t$ = Contribuição ao saldo comercial do produto k no período t, X^t = total das exportações do país no período t, M^t = total das importações do país no período t, X_k^t = exportações do produto k no período t, M_k^t = importações do produto k no período t, $(X_k^t - M_k^t)$ = saldo da balança comercial observada do produto k no período t e $(X^t - M^t) * \frac{(X_k^t + M_k^t)}{(X^t + M^t)}$ = saldo da balança comercial teórica do produto k no período t.

Sobre as fontes de dados, o presente trabalho utilizou dados secundários de produção, exportação e importação de cacau e derivados do Brasil e do mundo da *Food And Agriculture Organization* (FAOSTAT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (FAOSTAT, 2024; OMC, 2025) e são referentes ao período de 1990 a 2023, os valores estão em dólar por tonelada.

A escolha do período de análise deve-se à disponibilidade dos dados e ao fato de uma maior abertura do mercado mundial a partir da década de 90. Assim, devido à indisponibilidade de dados, alguns indicadores não foram calculados para os derivados do cacau.

4 Resultados e discussão

Na Tabela 1, são apresentados os resultados referentes à participação da produção brasileira no mercado mundial de cacau e derivados, entre 1990 e 2023. Essa participação apresentou tendência de queda ao longo do período analisado. Em média, a produção brasileira representou 6,67% do total mundial, o que pode ser explicado pelo impacto negativo da crise causada pela vassoura-de-bruxa que afetou a produção brasileira a partir de 1995. Além disso, a falta de políticas públicas para conter os avanços de pragas que ainda afetam a produção brasileira, tendo em vista que a propagação dessas pragas diminuiu a produtividade das lavouras brasileiras. E a dificuldade no acesso a crédito limita os investimentos nas lavouras dificultando a expansão e aumento da produtividade das lavouras brasileiras. Apesar disso, o Brasil ocupou o 5º lugar na produção mundial de amêndoa de cacau em 2023, segundo a FAOSTAT (2023).

Tabela 1 - Participação da produção brasileira no mercado mundial de cacau - 1990 e 2023 (%)

Ano	Cacau Amêndoa
1990	10,12
1991	12,73
1992	12,27
1993	12,76
1994	12,38
1995	9,94



1996	7,93
1997	9,21
1998	8,50
1999	6,89
2000	5,89
2001	5,76
2002	5,30
2003	4,59
2004	4,82
2005	5,16
2006	4,94
2007	5,17
2008	4,74
2009	5,19
2010	5,44
2011	5,46
2012	5,49
2013	5,71
2014	5,77
2015	5,78
2016	4,48
2017	4,50
2018	4,35
2019	4,70
2020	4,81
2021	5,25
2022	5,37
2023	5,29
Média	6,67

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO (2023).

A queda dessa participação brasileira no mercado mundial de cacau, também pode ser justificada pela expansão da produção africana que domina mais de 70% da produção mundial. Apesar disso, a produção de cacau na África vem enfrentando diversas crises relacionadas a mudanças climáticas que causaram altas temperaturas, clima seco e falta de chuva. Adicionalmente, a alta incidência de pragas como a "podridão parda" e "CSSV" (vírus do broto inchado de cacau) comprometeram a produção do continente fazendo com que os preços internacionais aumentassem a partir de 2023 (Wessel, 2015).

Essa valorização do fruto teve impacto no mercado brasileiro de cacau e vem incentivando a expansão e os investimentos nas lavouras no Pará e na Bahia, a baixa produtividade africana tornou-se um incentivo à dominação brasileira no mercado mundial de cacau.

Com intuito de aumentar essa produtividade e obter maior destaque no cenário mundial, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), criou em 2023 o Plano Inova Cacau 2030 que tem



como objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável da cacauicultura brasileira por meio da ciência, tecnologia e inovação, com foco em aumentar a produtividade, melhorar a qualidade do cacau, ampliar mercados e gerar valor para os diferentes elos da cadeia. Esse Plano definiu como metas dobrar a produtividade média nacional, chegando a 400 mil toneladas até 2030, além de expandir a produção nacional (MAPA, 2023).

Além desse plano, o MAPA criou o Projeto Cacau Brasil Agroflorestal que visa fortalecer a adaptação das comunidades cacauceiras às mudanças climáticas nas regiões da Transamazônica (PA) e sul da Bahia. Esse projeto deve beneficiar cerca de 70 mil produtores de cacau nessas regiões, integrando ações ambientais, fortalecimento institucional e acesso a crédito, mercados de carbono e compras públicas. O projeto alia sustentabilidade econômica e conservação florestal e foi desenvolvido com base em pesquisas da CEPLAC (MAPA, 2025).

Diante desses cenários de valorização e com essas políticas a produção de cacau deve impulsionar o mercado brasileiro de cacau fazendo com que o Brasil volte a ter destaque no cenário internacional. Mas, ainda é necessário investimentos em pesquisas para solucionar o problema da propagação de pragas e as políticas de incentivo e facilidade no acesso ao crédito.

A Tabela 2, indica a participação das exportações (EX) e importações (IM) brasileiras no mercado mundial de cacau e derivados, entre 1990 e 2023, em %.

Tabela 2 - Participação das exportações (EX) e importações (IM) brasileiras no mercado mundial de cacau e derivados - 1990 e 2023 (%)

Ano	Cacau Amêndoa		Chocolate		Manteiga de Cacau		Cacau em Pó		Pastas de Cacau	
	IM	EX	IM	EX	IM	EX	IM	EX	IM	EX
1990	0	6,23	0,04	1,67	0	12,94	0	16,44	0,01	20,82
1991	0	4,45	0,04	2,07	0	12,01	0	15,28	0,12	17,34
1992	0,1	4,76	0,02	1,87	0	13,02	0	13,75	0,58	16,08
1993	0,12	4,52	0,03	1,38	0	10,4	0	12,45	1,14	16,01
1994	0,06	4,65	0,2	0,97	0	8,88	0	11,36	0,35	11,79
1995	0,27	1,05	1,19	1,02	0,14	4,68	0,01	8,91	0,02	5,22
1996	0	1,32	1,47	0,87	0	5,45	0,01	7,78	0,07	3,87
1997	0,75	0,23	0,9	0,96	0,07	4,8	0,25	5,45	0,06	3,21
1998	0,56	0,27	0,91	0,88	0	6,14	0,59	5,14	1,02	4,21
1999	3,2	0,16	0,41	0,93	0	4,62	0,46	4,25	0,18	3,28
2000	2,88	0,08	0,27	1,11	0,01	6,13	0,99	3,77	0,03	3,37
2001	1,38	0,14	0,25	1,36	0	4,74	0,95	4,54	0,01	3,17
2002	2,5	0,15	0,15	1,29	0,06	5,21	1,7	3,6	0,02	2,41
2003	2,21	0,08	0,16	1,63	0	6,05	0,64	5,63	0,61	2,42
2004	1,45	0,04	0,17	1,53	0	5,16	0,44	5,33	0,06	2,14
2005	1,75	0,04	0,17	1,51	0	5,58	1,17	5,2	0,01	2,95
2006	2,07	0,02	0,15	1,11	0	5,25	1,33	5,67	0,05	3,49
2007	2,86	0,03	0,18	0,94	0	4,68	1,77	4,73	0,1	2,93
2008	2,38	0,02	0,21	0,88	0	3,71	1,08	3,66	0,28	2,5
2009	2,39	0,01	0,25	0,79	0	3,07	2,51	3,09	0,17	1,9
2010	1,61	0,01	0,31	0,7	0	3,43	2,03	2,79	0,25	2,01
2011	0,97	0,02	0,3	0,66	0,01	2,8	1,76	3,12	0,18	1,6
2012	1,75	0,02	0,33	0,61	0,02	2,38	3,05	2,83	0,08	1,72
2013	0,58	0,01	0,37	0,55	0,02	1,55	1,8	2,95	0,04	1,73



2014	1,22	0,02	0,42	0,53	0,02	1,98	2,4	2,71	0,07	1,01
2015	0,4	0,2	0,6	0,45	0	0,03	2,46	2,35	0,04	1,03
2016	1,72	0,01	0,44	0,47	0,04	0,04	2,24	2,1	0,06	1,05
2017	1,55	0,02	0,44	0,43	0,02	0,03	1,63	1,88	0,05	0,99
2018	1,53	0,01	0,47	0,47	0,02	2,1	2,7	1,68	0,11	0,95
2019	1,39	0,01	0,31	0,43	0,01	1,95	2,25	1,97	0,25	0,71
2020	1,19	0,02	0,25	0,45	0,01	2,38	3,03	1,7	0	0,65
2021	1,47	0,01	0,31	0,49	0,03	2,38	2,85	1,77	0	0,74
2022	0,3	0,02	0,24	0,52	0,04	1,62	2,48	1,89	0	0,67
2023	1,1	0,01	0,29	0,6	0,05	1,44	2,4	2,07	0	0,63
Média	1,29	0,84	0,36	0,95	0,02	4,61	1,38	5,23	0,18	4,25

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO (2025).

No que se refere à participação das exportações brasileiras no mercado mundial de cacau e seus derivados, como já mencionado, a crise da vassoura-de-bruxa afetou drasticamente a produção nacional de cacau. Conforme pode ser observado na Tabela 2, a partir de 1997, o Brasil passou a representar menos de 1% das exportações mundiais. Durante o período analisado, o chocolate apresentou baixa participação nas exportações, com média de apenas 0,94% (Tabela 2).

No caso da manteiga de cacau, o Brasil manteve uma participação superior a 10% até 1993; no entanto, observa-se uma queda progressiva ao longo dos anos, atingindo o patamar mínimo de apenas 0,03% em 2017. A partir de 2018, houve uma recuperação, com participação média de 4,61% no período analisado. O cacau em pó e a pasta de cacau apresentaram desempenhos semelhantes: assim como a manteiga, suas maiores participações ocorreram entre 1990 e 1994, com quedas sucessivas ao longo dos anos (Tabela 2).

As médias de participação nas exportações mundiais foram de 5,23% para o cacau em pó e 4,25% para a pasta de cacau (Tabela 2). Em 2023, o Brasil figurava entre os 10 maiores exportadores mundiais de cacau em pó e manteiga de cacau. Por outro lado, no caso das amêndoas, do chocolate e da pasta de cacau, o país não ocupava posições de destaque no mercado internacional (FAOSTAT, 2023).

Como mencionado anteriormente, as expectativas é que o mercado brasileiro de cacau possa se expandir até 2030 e deve estimular as exportações futuras. Dessa forma, o sistema de *drawback*⁵ será um grande aliado dos produtores e das indústrias nos próximos anos. Dessa forma, a expansão da produção brasileira de cacau pode contribuir para as indústrias processadoras dos derivados reduzindo seus custos de produção e fazendo com que as exportações brasileiras do chocolate, da manteiga de cacau, cacau em pó e pasta de cacau sejam mais competitivos no mercado mundial e assim aumentando sua participação nas exportações mundiais.

O primeiro produto analisado foi a amêndoa de cacau, cuja participação oscilou significativamente ao longo do período, atingindo um pico de 3,20% e chegando ao mínimo de

⁵ Esse sistema consiste na suspensão, isenção ou redução de tributos de insumos importados ou comprados no mercado interno que serão utilizados na fabricação de produtos a serem exportados (SISCOMEX, 2022).



0% nos anos de 1990 e 1991, quando não houve importação do produto. A participação média durante o período foi de 1,29% (Tabela 2) e apesar de ser um dos maiores produtores de cacau do mundo, o Brasil ainda importa considerável quantidade de amêndoas de cacau, uma vez que a produção interna não consegue suprir o consumo (FAOSTAT, 2025).

As grandes moageiras processadoras de cacau multinacionais estão localizadas nas principais regiões produtoras no Brasil, demandando muito cacau para serem transformados em manteiga de cacau, pasta de cacau e cacau em pó, dessa forma a produção nacional não consegue suprir a demanda não só dessas multinacionais como de outras indústrias de derivados. Para suprir essa demanda, essas multinacionais importam cacau da África no sistema de *drawback* com isenção de impostos. Porém, há algumas críticas referente a questões fitossanitárias relacionadas à importação de cacau em grandes toneladas por essas empresas, tendo em vista que a produção africana vem passando por crises relacionadas a pragas. Muitos produtores brasileiros têm alertado para o risco de essas doenças serem introduzidas nas lavouras nacionais, o que poderia comprometer ainda mais a produção local (Cunha, 2025).

Em relação ao chocolate, observa-se que as importações brasileiras foram baixas, com uma participação média de 0,36%. De forma semelhante, as importações de manteiga de cacau também apresentaram baixa participação no mercado mundial, com média de 0,02%. Entre 1990 e 1994, o Brasil não registrou importações de manteiga de cacau. Da mesma forma, não houve importações de cacau em pó no mesmo período. Apesar disso, é possível observar um crescimento gradual na participação das importações brasileiras de cacau em pó ao longo dos anos, com média de 1,38%. Por fim, a pasta de cacau apresentou uma participação semelhante à do chocolate e da manteiga de cacau, com média de 0,18% (Tabela 2).

Na Tabela 3 os coeficientes de penetração das exportações e importações brasileiras de cacau e derivados são apresentados.

Tabela 3 - Coeficiente de Penetração das Exportações (CX) e Coeficiente de Penetração das Importações (CPM) de cacau e derivados - 1990 e 2023(%)

Ano	Cacau Amêndoa		Manteiga de Cacau		Cacau em Pó		Pasta de Cacau	
	CX	CPM	CX	COM	CX	COM	CX	COM
1990	0,55	0,00	-	-	-	-	-	-
1991	0,06	0,00	-	-	-	-	-	-
1992	0,01	0,74	-	-	-	-	-	-
1993	0,38	0,89	-	-	-	-	-	-
1994	38,90	0,42	-	-	-	-	-	-
1995	8,90	1,86	-	-	-	-	-	-
1996	17,69	0,03	-	-	-	-	-	-
1997	2,19	5,16	-	-	-	-	-	-
1998	2,07	4,16	-	-	-	-	-	-
1999	1,41	27,25	-	-	-	-	-	-
2000	0,67	26,61	-	-	-	-	-	-
2001	1,01	15,69	-	-	-	-	-	-
2002	0,72	24,77	-	-	-	-	-	-



2003	0,38	26,15	-	-	-	-	-	-
2004	0,21	17,20	-	-	-	-	-	-
2005	0,26	20,78	-	-	-	-	-	-
2006	0,12	23,60	-	-	-	-	-	-
2007	0,24	31,24	-	-	-	-	-	-
2008	0,19	26,69	-	-	-	-	-	-
2009	0,09	25,35	-	-	-	-	-	-
2010	0,09	16,84	-	-	-	-	-	-
2011	0,23	11,60	-	-	-	-	-	-
2012	0,16	17,84	-	-	-	-	-	-
2013	0,11	6,23	-	-	-	-	-	-
2014	0,13	12,22	-	-	-	-	-	-
2015	0,95	3,90	-	-	-	-	-	-
2016	0,08	21,22	-	-	-	-	-	-
2017	0,17	20,61	-	-	-	-	-	-
2018	0,12	20,74	35,94	0,38	22,32	32,09	14,08	1,12
2019	0,07	17,81	34,07	0,20	24,83	28,53	11,75	0,65
2020	0,08	14,73	39,28	0,34	21,28	33,42	12,38	1,06
2021	0,06	16,55	40,05	0,98	23,22	33,55	14,56	1,03
2022	0,06	3,66	29,82	1,04	23,18	30,48	11,20	1,80
2023	0,04	12,77	23,61	1,05	23,89	28,69	9,54	3,59
Média	2,31	13,98	33,79	0,66	23,12	31,13	12,25	1,54

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO 2025.

Nota: (-) Não foi encontrado dados de exportação e importação mundial dos derivados.

O coeficiente de penetração das importações indica que para a amêndoa de cacau, esse índice variou consideravelmente ao longo do período analisado. A partir de 1999, observou-se um aumento significativo, quando 27,25% da oferta interna foi proveniente de importações. Esse cenário foi consequência da queda de 27% na produção nacional, diretamente impactada pela crise provocada pela vassoura-de-bruxa. Na primeira década dos anos 2000, em média, 12,2% da oferta interna de cacau era suprida por amêndoas importadas. A partir de 2017, esse coeficiente apresentou redução, com uma média de 6,93% do total consumido no país, sendo proveniente de importações. Essa queda nas importações ocorreu devido ao aumento da produção nacional, pois, com o crescimento da oferta interna, o Brasil passou a depender menos da entrada de amêndoas estrangeiras (Tabela 3).

Já a manteiga de cacau teve um coeficiente abaixo de 1% em média entre 2018 e 2023, significa que apenas 0,66% do consumo interno foi proveniente de importação. O Brasil importa pouca manteiga de cacau e isso se dá devido as grandes indústrias processadoras de cacau que estão alocadas no país. O cacau em pó, em média, representa 31,13% do consumo interno é proveniente de importações, o Brasil produz pouco cacau em pó, ou seja, a produção não é suficiente para suprir a demanda interna. Já a pasta de cacau, cerca de 1,54% do consumo interno é proveniente de importações. Assim como a manteiga, o Brasil produziu grande quantidade de pasta de cacau, entre 2018 e 2023, não sendo necessárias grandes importações do produto para suprir a demanda interna (Tabela 3).

Foi possível observar que, em quase todo o período analisado, o CX permaneceu abaixo de



1% para o cacau amêndoa. Uma exceção ocorreu entre 1994 e 1999, quando, em 1994, o índice atingiu seu pico, com aproximadamente 38,90% do valor da produção brasileira de cacau sendo destinado à exportação. Em média, apenas 2,31% do valor produzido foi exportado, o que indica que a maior parte da produção de cacau é consumida no mercado interno (Tabela 3). É importante ressaltar que o Brasil exporta pouco não só devido a produção não ser suficiente para o consumo interno, como pelo domínio dos países africanos na produção e conseqüentemente nas exportações, os países africanos são grandes concorrentes e com esse domínio faz com que o Brasil perca a competitividade no mercado mundial (FAO, 2024).

A manteiga de cacau apresentou CX crescente entre 2018 e 2021, período em que o Brasil exportou aproximadamente 40,05% da produção nacional. No entanto, em 2022 e 2023, observou-se uma redução nas exportações, atribuída ao aumento da demanda interna, o que reduziu a quantidade disponível para o mercado externo. O cacau em pó, por sua vez, manteve-se praticamente estável no mesmo período, com cerca de 23,12% da produção sendo destinada à exportação, refletindo também sua forte demanda no mercado doméstico (Tabela 3).

Já a pasta de cacau apresentou poucas variações no CX, com uma leve queda nas exportações, em 2022 e 2023 (Tabela 3). Essa redução pode ser explicada tanto pelo aumento da demanda interna quanto pela retração nas exportações globais do produto. Países como Costa do Marfim e Holanda, principais exportadores mundiais de pasta de cacau, também registraram diminuição nas exportações em 2022, na Costa do Marfim essa diminuição ocorreu devido a problemas climáticos e disseminação de doenças na safra de cacau que acabou afetando a oferta mundial de cacau (Vidal, 2024).

Os resultados das estimativas da VCR estão na Tabela 4.

Tabela 4 - Vantagem Comparativa Revelada das exportações brasileiras de cacau e derivados - 1990 e 2023

Ano	Cacau Amêndoa	Chocolate	Manteiga de Cacau	Cacau em Pó	Pasta de Cacau
1990	6,64	0,61	12,24	10,25	17,45
1991	5,03	0,87	11,91	6,27	15,35
1992	4,85	0,82	10,71	5,94	12,55
1993	4,77	0,76	9,12	6,94	13,13
1994	4,91	0,66	8,77	6,76	10,71
1995	1,16	0,67	4,96	5,99	5,14
1996	1,61	0,64	6,34	5,44	4,12
1997	0,28	0,81	5,63	4,33	3,62
1998	0,32	0,81	6,79	4,80	4,67
1999	0,19	0,87	5,30	4,47	3,81
2000	0,11	1,06	6,84	4,37	3,87
2001	0,16	1,16	4,73	4,91	3,32
2002	0,19	0,90	5,63	4,28	2,75
2003	0,07	1,09	5,87	6,60	2,68
2004	0,04	0,98	4,50	4,34	1,85
2005	0,04	1,08	4,91	3,98	2,44
2006	0,02	0,88	4,55	4,22	2,84
2007	0,03	0,67	4,15	3,64	2,55
2008	0,02	0,57	3,39	2,98	2,33



2009	0,01	0,53	3,07	2,71	1,81
2010	0,01	0,46	2,85	2,46	1,60
2011	0,02	0,41	2,05	2,53	1,26
2012	0,02	0,42	2,24	2,78	1,39
2013	0,02	0,37	1,23	2,84	1,34
2014	0,02	0,35	1,87	2,59	1,08
2015	0,19	0,32	2,77	2,47	1,00
2016	0,02	0,32	3,41	2,12	0,88
2017	0,03	0,29	2,75	1,76	0,86
2018	0,02	0,46	1,91	1,64	0,88
2019	0,02	0,30	1,84	1,89	0,72
2020	0,02	0,28	2,01	1,53	0,56
2021	0,02	0,30	1,95	1,57	0,63
2022	0,02	0,31	1,51	1,57	0,56
2023	0,01	0,31	1,13	1,54	0,46
Média	0,91	0,63	4,67	3,90	3,83

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO 2025.

Conforme Tabela 4, o Brasil não se mostrou competitivo no mercado do cacau por diversos motivos, um deles é a grande competitividade com os países europeus. Alemanha, Bélgica, Polônia, Holanda e Itália são os maiores exportadores de chocolate do mundo, apesar desses países não serem grandes produtores de cacau, eles possuem indústrias de chocolates consolidadas, a Alemanha, por exemplo, possui mais de 200 indústrias de chocolate e as grandes marcas mundiais estão instaladas nesses países. É importante ressaltar também que o mercado europeu é um grande consumidor de chocolate. Na Alemanha e na Suíça, por exemplo, o consumo de chocolate *per capita* é em média 8 kg por ano (STATISTA, 2025).

Além disso, a vassoura de bruxa, a entrada de concorrentes no mercado internacional, prejudicou o Brasil, países como a Costa do Marfim, Gana e outros países africanos passaram a dominar a produção e conseqüentemente as exportações de cacau. Na Costa do Marfim a expansão que começou em 1970 contou com grande incentivo de políticas governamentais de estímulo ao cultivo e à exportação de cacau, em Gana o Governo também criou políticas de desenvolvimento e comercialização de cacau no país. Esses países possuem uma estrutura de custo menor, a produção se dá em grande escala, e a maior parte das propriedades utilizam mão de obra análoga à escravidão. Além disso, muitos produtores aumentam sua área produtiva desmatando áreas, tanto que a África tem registrado altos números de desmatamento (Wessel, 2015).

O mercado brasileiro de chocolate ainda não está consolidado, não possuindo grandes indústrias como os países europeus. Outro motivo para o Brasil não ser competitivo é justamente a falta de indústrias de chocolate, na Bahia, em 2019 possuía cerca de 74 marcas de chocolates e esse número vem crescendo ao longo dos anos, mas falta a essas marcas ter produção própria. A maior parte dessas marcas terceirizam sua produção e assim sua capacidade produtiva é baixa quando comparada a uma indústria de chocolate. Nesse sentido, faltam ao Brasil políticas para desenvolver essas empresas para que possam se consolidar como grandes indústrias de chocolate



(Dantas *et al.*, 2019).

Ter uma estrutura competitiva requer um investimento alto, sendo assim, importante o desenvolvimento de políticas e a acessibilidade ao crédito (CNA, 2025). Além disso, o mercado ainda precisa se desenvolver no que diz respeito ao consumo de chocolate no país; o consumo *per capita* é em torno de apenas 3,9 kg por ano, bem abaixo quando comparado aos países europeus (Moraes, 2025).

Contudo, novos modelos de produção surgiram nos últimos anos melhorando a qualidade do chocolate brasileiro. A utilização da amêndoa fina de alto padrão elevou a qualidade e aumentou o valor agregado. Além disso, os modelos *bean-to-bar* e *tree-to-bar* podem melhorar a competitividade do mercado brasileiro, uma vez que, além de ter maior valor agregado utilizam na sua produção amêndoas finas de origem orgânica. Esses modelos também possibilitam a produção de chocolates voltados para nichos específicos, como produtos veganos ou provenientes da agricultura familiar. A tendência é que a produção desses modelos cresça ainda mais no país (Dantas *et al.*, 2019).

O Brasil apresenta vantagem competitiva nas exportações de manteiga de cacau em todo o período analisado. Assim como ocorre com a manteiga de cacau, o país também manteve vantagem nas exportações de cacau em pó ao longo de todo o período. No entanto, apesar dessa vantagem constante, é possível perceber uma tendência de perda gradual de competitividade, uma vez que o índice vem diminuindo ano após ano (Tabela 4).

No caso da pasta de cacau, observa-se que, de forma semelhante ao cacau em pó, houve uma perda de vantagem ao longo do período. O produto apresentou vantagem competitiva até 2014, mas, após esse ano, o Brasil passou a registrar desvantagem nas exportações de pasta de cacau (Tabela 4).

Essa diminuição do VCR do cacau em pó e da pasta pode ser justificada pela forte concorrência que o Brasil enfrenta com países como Holanda, Malásia e Alemanha. Esses últimos ampliaram suas exportações ao longo dos anos e possuem elevada competitividade no mercado internacional (FAOSTAT, 2025). Embora o Brasil também tenha aumentado suas exportações, esse crescimento ainda é insuficiente para garantir uma posição competitiva frente aos principais exportadores. É importante destacar que esses três países — os maiores exportadores de cacau em pó — também estão entre os maiores importadores de amêndoas de cacau, isso se deve ao fato de possuírem indústrias processadoras altamente desenvolvidas. A Holanda, por exemplo, abriga um dos maiores armazéns e complexos industriais do mundo voltados à fabricação de derivados do cacau (CNI, 2025). No Brasil, embora estejam presentes três grandes multinacionais processadoras de cacau, o país ainda carece de um polo industrial desenvolvido, o que limita sua capacidade de competir em igualdade com essas economias mais industrializadas.



A Tabela 5 apresenta o índice TC, entre 1990 e 2023, para os seguintes produtos: amêndoa de cacau, chocolate, manteiga de cacau, cacau em pó e pasta de cacau.

Tabela 5 - Taxa de Cobertura para cacau e derivados, entre 1990 e 2023

Ano	Cacau Amêndoa	Chocolate	Manteiga de Cacau	Cacau em Pó	Pasta de Cacau
1990	-	6,38	-	16149,50	-
1991	-	11,28	31741,50	4472,25	-
1992	62,05	24,36	-	1709,58	-
1993	63,16	22,32	33459,00	1221,48	-
1994	111,86	1,86	117721,00	703,79	2638,19
1995	3,13	0,35	32,97	351,63	39,86
1996	541,36	0,40	1199,93	263,87	10,68
1997	0,36	0,67	85,91	21,85	4,32
1998	0,51	0,68	99305,00	12,12	17,62
1999	0,06	1,35	33844,00	13,49	207,78
2000	0,03	2,11	497,00	6,54	45,69
2001	0,12	2,97	1017,45	9,25	71,65
2002	0,08	3,92	130,08	2,73	3,17
2003	0,03	6,23	-	13,69	21,09
2004	0,03	5,13	52358,00	18,99	98,94
2005	0,02	5,52	78169,50	6,44	423,16
2006	0,01	4,05	35966,00	6,86	186,86
2007	0,01	2,80	25866,67	5,08	7,05
2008	0,01	2,67	3581,45	7,02	87,79
2009	0,01	1,89	14493,30	1,60	252,84
2010	0,01	1,45	12643,50	1,71	56,07
2011	0,03	1,34	381,38	2,12	20,10
2012	0,01	1,00	161,84	1,15	6,79
2013	0,03	0,85	55,76	2,16	10,82
2014	0,02	0,68	93,74	1,56	6,42
2015	0,63	0,53	127,29	1,33	6,58
2016	0,01	0,87	105,17	1,20	11,68
2017	0,02	0,66	225,76	1,57	24,15
2018	0,02	0,95	149,75	0,91	12,03
2019	0,01	0,75	236,15	1,18	18,66
2020	0,02	0,84	172,12	0,66	10,71
2021	0,01	0,87	66,41	0,74	16,22
2022	0,09	1,11	46,65	0,78	7,52
2023	0,02	0,99	29,20	0,90	3,17
Média	24,49	3,52	17547,21	735,76	144,25

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO 2025.

Nota: (-) Não houve registros de importações nesses anos.

É possível observar na Tabela 5 que a amêndoa de cacau contribuiu para o *superávit* da balança comercial apenas entre 1992 e 1996. Em todos os demais anos, a amêndoa apresentou contribuição negativa para a balança comercial, ou seja, as importações foram superiores às exportações, gerando *déficit*.

Entre 1990 e 1993, o chocolate apresentou uma TC crescente, atingindo 24% em 1992, ano em que contribuiu para o *superávit*. Contudo, a partir de 1994, houve uma queda considerável, embora nesse ano as exportações ainda tenham superado as importações. Entre 1995 e 1998, foi possível notar que o chocolate apresentou índices inferiores a 1, contribuindo para o *déficit* comercial. No período de 2000 a 2012, o chocolate voltou a contribuir para o *superávit*, com



exportações superiores às importações, o que pode ser atribuído ao crescimento das marcas de chocolate no Brasil, especialmente na Bahia. A partir de 2013, no entanto, o produto passou a contribuir para o *déficit* até 2021, com uma leve recuperação em 2022, quando voltou a apresentar *superávit*. Em 2023, entretanto, observou-se uma nova queda (Tabela 5). Esse resultado se deve, principalmente, ao crescimento das importações de chocolate durante o período, reflexo da falta de consolidação da indústria brasileira de chocolate. Como o setor ainda não possui uma base industrial sólida, o país ainda importa bastante chocolate (CNA, 2025).

No caso da manteiga de cacau, observou-se que, durante o período analisado, o produto contribuiu para o *superávit* da balança comercial, com exportações sempre superiores às importações. Contudo, a partir de 2006 houve uma tendência de redução no índice, devido a pequenas quedas nas exportações e leves aumentos nas importações (Tabela 5).

Com relação ao cacau em pó, o Brasil registrou índices superiores a 1 até 2017, indicando contribuição para o *superávit* comercial. Ao longo desse período, entretanto, as importações foram aumentando gradualmente. O produto voltou a contribuir para o *superávit* em 2019, mas, a partir de 2020, passou a gerar *déficit* comercial, uma vez que a produção nacional não foi suficiente para suprir a demanda interna que aumentou, sendo necessária importação de cacau em pó, contribuindo para o *déficit* comercial (Tabela 5).

Entre 1990 e 1994, não houve registros de importações de pasta de cacau. Em todos os demais anos do período analisado, o produto apresentou exportações superiores às importações, contribuindo, portanto, para o *superávit* da balança comercial (Tabela 5).

Observa-se na Tabela 6 que a amêndoa de cacau caracterizou-se como ponto forte no comércio internacional entre 1992 e 1996. Nos demais anos analisados, o produto apresentou pontos fracos, indicando baixa competitividade. O chocolate demonstrou alta competitividade em apenas três anos — 2000, 2001 e 2003 —, enquanto nos demais anos os resultados oscilaram entre pontos neutros e fracos, evidenciando uma competitividade limitada.

Tabela 6 - Pontos fortes, fracos e neutros de cacau e derivados, entre 1990 e 2023

Ano	Cacau Amêndoa	Chocolate	Manteiga de Cacau	Cacau em Pó	Pasta de Cacau
1990	-	NEUTRO	-	FORTE	-
1991	-	NEUTRO	FORTE	FORTE	-
1992	FORTE	NEUTRO	-	FORTE	-
1993	FORTE	NEUTRO	FORTE	FORTE	-
1994	FORTE	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
1995	FORTE	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE
1996	FORTE	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE
1997	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE
1998	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE



1999	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2000	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE	FORTE
2001	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE	FORTE
2002	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2003	FRACO	FORTE	-	FORTE	FORTE
2004	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2005	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2006	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2007	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2008	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2009	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2010	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2011	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2012	FRACO	NEUTRO	FORTE	FORTE	FORTE
2013	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE
2014	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE
2015	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	FORTE
2016	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	NEUTRO
2017	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	NEUTRO
2018	FRACO	FRACO	FORTE	NEUTRO	NEUTRO
2019	FRACO	FRACO	FORTE	FORTE	NEUTRO
2020	FRACO	FRACO	FORTE	NEUTRO	NEUTRO
2021	FRACO	FRACO	FORTE	NEUTRO	NEUTRO
2022	FRACO	NEUTRO	FORTE	NEUTRO	NEUTRO
2023	FRACO	FRACO	FORTE	NEUTRO	NEUTRO

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO 2025.

Nota: (-) Não houve registros de importações nesses anos.

A manteiga de cacau manteve-se altamente competitiva durante todo o período analisado. O cacau em pó apresentou alta competitividade entre 1990 e 2017 e em 2019, com pontos neutros nos demais anos. A pasta de cacau também demonstrou alta competitividade na maior parte do período, mas passou a apresentar pontos neutros a partir de 2016 (Tabela 6).

Em síntese, na maioria dos anos analisados destacam-se como ponto forte a manteiga de cacau, o cacau em pó e a pasta de cacau, apesar das dificuldades enfrentadas pelo setor no Brasil (Tabela 6).

A Tabela 7 apresenta a posição relativa de mercado (PRM) do cacau e seus derivados. Observa-se que a amêndoa de cacau apresentou uma PRM positiva até 1996. A partir desse ano, passou a registrar índices negativos, indicando perda de posição no mercado e de competitividade. O chocolate, por sua vez, apresentou dois períodos com PRM negativa: entre 1995 e 1998, e entre 2013 e 2021. Nos demais anos, manteve uma PRM positiva (Tabela 7).



Tabela 7 - Posição Relativa de Mercado do cacau e derivados entre 1990 e 2023

Ano	Cacau Amêndoa	Chocolate	Manteiga de Cacau	Cacau em Pó	Pasta de Cacau
1990	2,80	0,23	5,42	4,29	7,66
1991	2,03	0,36	5,23	2,67	6,96
1992	1,98	0,37	4,92	2,69	5,91
1993	2,35	0,37	4,58	3,34	6,53
1994	2,23	0,16	4,36	3,16	5,20
1995	0,32	-0,60	2,11	2,37	2,22
1996	0,73	-0,45	2,76	2,08	1,61
1997	-0,24	-0,20	2,46	1,77	1,35
1998	-0,13	-0,18	2,94	1,86	2,07
1999	-1,32	0,10	2,14	1,65	1,60
2000	-1,37	0,24	2,76	1,51	1,60
2001	-0,54	0,37	2,14	1,95	1,57
2002	-1,03	0,32	2,56	1,21	0,85
2003	-1,18	0,44	2,68	2,73	1,17
2004	-0,66	0,42	2,35	2,21	0,92
2005	-0,81	0,50	2,72	1,87	1,29
2006	-0,97	0,38	2,51	1,93	1,52
2007	-1,35	0,25	2,31	1,59	1,15
2008	-1,13	0,22	1,99	1,51	1,27
2009	-1,06	0,15	1,81	0,60	1,05
2010	-0,82	0,10	1,87	0,66	0,98
2011	-0,43	0,07	1,42	0,89	0,77
2012	-0,84	0,00	1,47	0,23	0,72
2013	-0,27	-0,04	0,74	0,88	0,69
2014	-0,56	-0,10	1,04	0,51	0,54
2015	-0,07	-0,16	1,57	0,33	0,49
2016	-0,89	-0,03	1,87	0,19	0,44
2017	-0,82	-0,09	1,65	0,38	0,47
2018	-0,71	-0,01	1,12	-0,09	0,45
2019	-0,66	-0,06	1,06	0,16	0,38
2020	-0,62	-0,03	1,17	-0,45	0,29
2021	-0,76	-0,03	1,18	-0,33	0,38
2022	-0,15	0,02	0,98	-0,28	0,33
2023	-0,55	0,00	0,78	-0,11	0,23
Média	-0,22	0,09	2,31	1,35	1,78

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO 2025.

A manteiga de cacau registrou índices PRM superiores a zero durante todo o período analisado. No entanto, destaca-se uma tendência de queda ao longo do tempo, passando de 5,42 em 1990 para 0,78 em 2023, evidenciando a perda gradual da posição relativa do Brasil nesse mercado. O cacau em pó apresentou PRM superior a zero até 2017. A partir desse ano, os índices tornaram-se negativos, revelando também uma tendência de perda de competitividade ao longo do período. A pasta de cacau apresentou comportamento semelhante ao da manteiga de cacau, com



PRM maior que zero em todo o período analisado, mas com reduções graduais nos índices ao longo dos anos. Contudo, os piores índices foram observados para o cacau em amêndoas no período analisado (Tabela 7). Na Tabela 8 estão expostos os resultados do Índice de Contribuição ao Saldo da Balança Comercial (ICSC) de cacau e derivados entre 1990 e 2023. Na Tabela 8 observa-se o ICSC de cacau e derivados, entre 1990 e 2023. Sobre o indicador ICSC, a amêndoa de cacau apresentou valores positivos até 1990, indicando que o Brasil possuía vantagem competitiva nesse período. No entanto, a partir de 1991, os valores passaram a ser negativos, evidenciando uma perda de competitividade nas exportações do produto (Tabela 8).

Tabela 8 - Índice de Contribuição ao Saldo da Balança Comercial (ICSC) de cacau e derivados entre 1990 e 2023.

Ano	Cacau Amêndoa	Chocolate	Manteiga de Cacau	Cacau em Pó	Pasta de Cacau
1990	395,75	56,20	421,01	100,01	138,48
1991	272,92	93,74	391,38	55,13	118,06
1992	216,96	100,40	316,69	54,61	91,88
1993	240,86	99,28	253,20	64,63	104,29
1994	242,89	35,41	268,04	62,39	96,07
1995	39,70	-146,25	136,25	45,00	39,94
1996	96,60	-101,07	189,38	38,81	32,68
1997	-18,97	-26,07	157,49	29,01	26,99
1998	-11,66	-24,58	192,78	34,03	45,86
1999	-156,86	32,87	140,78	34,73	35,28
2000	-108,31	62,61	119,58	31,26	22,87
2001	-46,69	91,07	81,96	41,68	25,94
2002	-159,20	75,87	122,07	35,04	18,85
2003	-216,56	106,01	131,87	107,61	28,09
2004	-89,85	87,09	104,59	68,30	16,65
2005	-95,06	88,63	126,16	32,48	18,71
2006	-96,84	64,33	101,44	25,73	21,18
2007	-116,95	43,27	95,93	22,39	16,83
2008	-85,21	40,81	89,53	21,49	19,92
2009	-130,78	31,01	95,16	10,61	23,14
2010	-76,03	16,95	75,66	19,75	21,71
2011	-36,89	10,56	40,14	28,30	14,88
2012	-57,80	-1,25	32,10	6,61	12,14
2013	-15,78	-4,30	21,78	25,29	13,20
2014	-43,72	-17,89	52,55	13,15	14,03
2015	-7,18	-46,03	87,51	7,84	14,04
2016	-122,75	-21,26	108,66	-1,26	13,73
2017	-93,23	-42,42	79,88	4,95	11,33
2018	-71,02	-17,77	52,27	-7,37	9,41
2019	-65,96	-25,02	53,74	0,80	9,18
2020	-72,33	-23,15	62,32	-21,34	8,25
2021	-70,53	-16,86	46,38	-14,42	8,67
2022	-9,24	-1,17	29,75	-10,42	5,81



2023	-44,64	-17,31	25,95	-11,88	4,09
Média	-18,07	17,76	126,59	28,09	32,42

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO e WTO 2025.

No caso do chocolate, o Brasil demonstrou vantagem competitiva em dois períodos: de 1990 a 1994 e de 1999 a 2011. A partir de 2012, os valores se tornaram negativos, indicando desvantagem competitiva nas exportações. A manteiga de cacau e a pasta de cacau apresentaram vantagem competitiva em todo o período analisado, conforme demonstrado pelos valores positivos do índice. O cacau em pó também registrou, de modo geral, desempenho competitivo ao longo do período, exceto nos anos de 2016, 2018 e de 2020 a 2023, quando os valores negativos indicaram desvantagem competitiva (Tabela 8).

Porém, os maiores valores para ICSC foram para cacau em pó, manteiga de cacau e pasta de cacau no período analisado, mesmo o país tendo perdido competitividade ao longo dos anos no mercado de cacau e derivados.

Em meio à reconfiguração do mercado mundial de cacau com a queda significativa na produção mundial, provocada por eventos climáticos extremos e desafios fitossanitários em grandes produtores africanos, elevou os preços internacionais a patamares recordes, criando uma janela de oportunidade para o Brasil consolidar-se como um fornecedor competitivo, sustentável e tecnificado. Para que o país possa melhorar sua competitividade, é necessário melhorar sua produtividade.

Atualmente, a produtividade nacional oscila fortemente entre os diferentes modelos produtivos, variando de apenas 12 @/ha no sistema cabruca de baixa tecnificação a 150 @/ha em sistemas tecnificados com mão de obra contratada, como em Eunápolis (BA). Sendo assim, necessário, a implementação de políticas públicas e investimentos voltados para a ampliação da assistência técnica e extensão rural visando melhorar a produtividade principalmente no sistema cabruca que possui menor produtividade, expansão da produção em áreas degradadas, evitando o desmatamento e melhoria da infraestrutura de transporte e armazenagem, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste onde estão os Estados que mais produzem cacau no país (CNA, 2025).

5 Considerações finais

A partir dos indicadores desta pesquisa constata-se que o país diminuiu sua participação na produção e exportações de cacau e derivados ao longo do período analisado, já os derivados da *commodity* não mostraram participações relevantes nas importações.

O Brasil demonstrou perda de competitividade na exportação de amêndoas e chocolate na



maior parte do período analisado. Por outro lado, a manteiga de cacau e o cacau em pó mostraram-se mais competitivos, embora essa competitividade tenha diminuído gradualmente.

As amêndoas de cacau e o chocolate apresentaram, em sua maioria, TC inferiores a 1, indicando contribuição para o *déficit* comercial. Em contrapartida, a manteiga e a pasta de cacau geraram *superávits* durante todo o período analisado, e o cacau em pó obteve saldos positivos na maior parte do período, reforçando sua competitividade.

O Brasil apresentou desempenho consistentemente forte na exportação de manteiga de cacau ao longo de todo o período analisado. Em relação ao cacau em pó e à pasta de cacau, observou-se predominância de pontos fortes e neutros. Por outro lado, a amêndoa de cacau e o chocolate registraram, em sua maioria, pontos fracos.

A amêndoa de cacau e o chocolate apresentaram PRM positiva na maior parte do período. Já a manteiga de cacau e a pasta de cacau mantiveram PRM positiva ao longo de todo o período analisado.

Por fim, o ISCS foi negativo para a amêndoa de cacau, indicando contribuição para o *déficit*. Entretanto, o chocolate e o cacau em pó apresentaram saldos positivos na maior parte do período, enquanto a manteiga de cacau e a pasta de cacau registraram ISCS positivo de forma contínua, evidenciando sua competitividade no comércio internacional.

Sintetizando, o Brasil apresentou potencial produtivo e competitivo em determinados segmentos da cadeia do cacau como da manteiga e da pasta de cacau, mas ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua atuação no mercado global. Dentro das interpretações de indicadores reitera-se a importância da criação de políticas públicas e facilidade no acesso a crédito para que mais investimentos alcancem o segmento e fortaleça a participação na economia do setor.

3 Referências

AVRICHIR, Ilan. **Teste da validade da teoria da competitividade nacional de Michael Porter a partir do caso Embraer**. 2002. 205 f. Mestrado (Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2002.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional**. Elsevier Editora, 2015.

BENDER, Marcelo S.; SCHWERTNER, Johannes JG; CORONEL, Daniel Arruda. Competitividade das exportações brasileiras de carne de frango: uma análise empírica. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 9, p. 4, 2019.

BRASÍLIA. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Mapa e IICA promovem seminário para dialogar a validação de ações estratégicas para a implementação do Projeto Cacau Brasil Agrofloresta**. MAPA, 14 maio 2025. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 18 maio 2025.



BRASÍLIA. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Inova Cacau 2030**: estratégias para fomentar o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil. MAPA, 2023.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. **Cacau no Brasil: viabilidade, sustentabilidade e oportunidade estratégica em um mercado global em transformação**. Brasília: CNA, abr. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Indicadores industriais**. (2025). Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 24/03/2025.

COUTINHO, Eduardo Senra, et al. **De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. REGE Revista de Gestão, 2005, 12.4: 101-113.

CUNHA, Ericson. **Setor produtivo alerta para risco fitossanitário em cacau importado da África**. Notícias Agrícolas, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/hortifruiti/393222-setor-produtivo-alerta-para-risco-fitossanitario-em-cacau-importado-da-africa.html>. Acesso em: 18 maio 2025.

DANTAS, Paulo César Cruz et al. **O mercado de chocolate no sul da Bahia: estrutura, produção e comercialização**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 10, p. 56-75, 2020.

Food and Agriculture Organization - FAOSTAT. **Food and Agriculture Organization**, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 18 mai. 2025.

GANDRA, Alana. Mercado de chocolate é promissor em produção, exportação e empregos: Indústria gera cerca de 23 mil empregos diretos no Brasil. Rio de Janeiro: **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/mercado-de-chocolate-e-promissor-em-producao-exportacao-e-empregos>. Acesso em: 25 nov. 2023.

GONÇALVES, Reinaldo; NEVES, Renato. **Economia internacional**: teoria e experiência brasileira. Elsevier Brasil, 2016.

KRUGMAN, P. R. et al. **Economia Internacional**. Pearson Education do Brasil, 2015.

LEVY, Paulo Mansur; SERRA, Maria Isabel F. Coeficientes de importação e exportação na indústria. **Boletim de conjuntura**, v. 58, p. 65-80, 2002.

MARQUES, Marcos Borges et al. A competitividade da carne bovina de Mato Grosso do Sul: uma análise das vantagens comparativas reveladas. **Revista do CCEI**, v. 22, n. 37, p. 1-18, 2017.

MATOS, Danilo Vieira, et al. Competitividade do segmento brasileiro de celulose no comércio internacional, entre 1961 e 2020. **Conjuntura Internacional**, 2021, 18.2: 41-57.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA. **Política de Inovação vai promover desenvolvimento da cacauicultura**. [S.l.:s.n], 27 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/politica-de-inovacao-vai-promover-desenvolvimento-da-cacauicultura-brasileira>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MORAES, Juliana. Brasileiro consome cada vez mais chocolate, apesar da alta nos preços. **UOL**



Economia, 13 fev. 2025. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/02/13/chocolate.htm>. Acesso em: 18 mai. 2025.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**, 2007, 11: 1-18.

SALVATORE, Dominick. **International economics**. John Wiley & Sons, 2019.

SISCOMEX. **A conturbada Década de 1911-1920**. [S.l.:s.n], 10 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/curiosidades-e-fatos-historicos/a-conturbada-decada-de-1911-1920>. Acesso em: 27 abr. 2024.

STATISTA. **Statistics**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics>. Acesso em: 18 mai. 2025.

VIDAL, Maria de Fátima. **Cacau**. Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, jul. 2024. (Caderno Setorial ETENE, ano 9, n. 345).

WESSEL, Marius; QUIST-WESSEL; P.M Foluke. Cocoa production in West Africa, a review and analysis of recent developments. **NJAS: Wageningen Journal of Life Sciences**, 74-75, 1-7, 2015.

World Trade Organization - WTO. Stats. **World Trade Organization**, [s. l.]. Disponível em: <https://stats.wto.org/>. Acesso em 24 nov. 2023.

XAVIER, L.; NASCIMENTO JR, F. das; CHIAPETTI, J. Da crise regional às novas dinâmicas de especialização da produção de cacau no sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 79, p. 77-96, 2021.